

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.285.421 - MT (2018/0098919-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ISTACIO SOARES DO NASCIMENTO  
**AGRAVANTE** : LOVAINE CARMEN LOCATELLI  
**ADVOGADOS** : ALEANDRA FRANCISCA DE SOUZA E OUTRO(S) - MT006249  
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - MT007348  
MARCELO PEREIRA DE LUCENA - MT016528  
**AGRAVANTE** : MUNICIPIO DE SORRISO  
**ADVOGADO** : FLAVIO HENRIQUE DE FREITAS E OUTRO(S) - MT015741  
**AGRAVADO** : ADILSON RETUCI  
**ADVOGADOS** : NILSON JACOB FERREIRA CALDAS E OUTRO(S) - MT009845  
DYOGO COSTA MARQUES - MT011084  
DOUGLAS LUIZ DA CRUZ LOUZICH - MT010823

**DECISÃO**

ISTÁCIO SOARES DO NASCIMENTO e MUNICÍPIO DE SORRISO

interpuseram agravos desafiando as decisões que não admitiram os respectivos recursos especiais, estes manejados contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (e-STJ, fls. 447):

*"APELAÇÃO CÍVEL — AÇÃO INDENIZATÓRIA — ACIDENTE VEÍCULO — MORTE FILHO MAIOR — CULPA CONCORRENTE — DEVER DE CAUTELA INOBSERVADO POR AMBOS OS CONDUTORES — INDENIZAÇÃO MITIGADA RESPONSABILIDADE MUNICÍPIO PELA AUSÊNCIA SINALIZAÇÃO - PENSÃO MENSAL — AUSÊNCIA PROVA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA — DANOS MATERIAIS — COMPENSADOS COM SEGURO OBRIGATÓRIO — DANOS MORAIS — RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE — CONDENAÇÃO — RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO — SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.*

*O dever de cautela dos motoristas nos cruzamentos, inobservado por ambos, impõe o reconhecimento da culpa concorrente, que impacta na mitigação da condenação.*

*O Município tem o dever de promover a sinalização viária adequada. Tratando-se de acidente cuja causa determinante foi a ausência de sinalização indicando que a via era preferencial, exsurge o responsabilidade do município.*

*Não demonstrada a dependência econômica dos pais em relação ao filho maior, descabe pensionamento mensal.*

*No dano material deve ser abatido o valor do seguro obrigatório, restando inteiramente subsumido por este.*

*O dano moral deve ser fixado com razoabilidade e*

*proporcionalidade."*

Consoante análise dos autos, verifica-se tratar-se de ação indenizatória que discute danos decorrentes da ausência de manutenção de via pública, matéria cuja competência é da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, VII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Aliás, registre-se que a matéria já foi objeto de análise, pelas Turmas que compõe a Primeira Seção, senão vejamos:

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO EM PONTE ESTREITA LOCALIZADA EM PROXIMIDADE À CURVA. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO ADEQUADA PARA O LOCAL. ATO OMISSIVO DO PODER PÚBLICO ESTADUAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.*

*I - Na origem, trata-se de ação que objetiva indenização por danos morais, lucros cessantes e danos materiais. Na sentença, julgou-se procedente o pedido. No Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a sentença foi parcialmente reformada para reduzir o valor fixado a título de danos morais.*

*II - Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos óbices de: Súmula n. 7/STJ, divergência não comprovada e ausência de indicação do dispositivo objeto da divergência. Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.*

*III - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.*

*IV - No caso em que foi aplicado o óbice de divergência não comprovada, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.*

*V - Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AREsp 1419324/BA, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe*

# *Superior Tribunal de Justiça*

23/05/2019)

Diante do exposto, determino a redistribuição deste feito a um dos eminentes Ministros que compõem a eg. Primeira Seção.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator